



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA CLARA TRAJANO COSTA

**O IMPACTO DO GARANTIA SAFRA NAS FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTUDO DAS
CIDADES PARAIBANAS COM FPM DE ÍNDICE 1.2**

**CAMPINA GRANDE
2024**

MARIA CLARA TRAJANO COSTA

**O IMPACTO DO GARANTIA SAFRA NAS FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTUDO DAS
CIDADES PARAIBANAS COM FPM DE ÍNDICE 1.2**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Orientador (a): Prof. Me. Amanda Paulino Soares

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837i Costa, Maria Clara Trajano.
O impacto do garantia safra nas finanças municipais: estudo das cidades paraibanas com fpm de índice 1.2 [manuscrito] / Maria Clara Trajano Costa. - 2024.
21 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Amanda Paulino Soares, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA".

1. Garantia safra. 2. Fundo de Participação Municipal FPM. 3. Receitas municipais. 4. Seguros rurais. I. Título

21. ed. CDD 657

MARIA CLARA TRAJANO COSTA

**O IMPACTO DO GARANTIA SAFRA NAS FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTUDO DAS
CIDADES PARAIBANAS COM FPM DE ÍNDICE 1.2**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Aprovada em: 04/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Amanda Paulino Soares

Prof. Me. Amanda Paulino Soares (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rômulo Benício Lucena Filho

Prof. Me. Rômulo Benício Lucena Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kamilla Alves Barreto

Prof. Me. Kamilla Alves Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe Arioneide, ao meu pai Renildo (in memoriam), e ao meu avô Eduardo, por todos os ensinamentos e apoio durante toda a minha trajetória, DEDICO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Programas de Seguridade e Assistência Rural (Seguros Rurais)	7
2.1.1 Garantia Safra	8
2.2 Finanças Municipais	9
2.2.1 Receitas Municipais	9
2.2.1.1 FPM (Fundo de Participação Municipal)	9
2.3 Agricultura Familiar	10
3 METODOLOGIA	11
3.1 Tipo de pesquisa	11
3.2 Seleção dos municípios	11
3.3 Coleta de Dados	12
3.3.1. Coleta de Dados Quantitativos	12
3.4 Análise dos Dados	12
3.4.1 Análise Quantitativa – Matriz de Correlação	12
4 RESULTADOS	12
4.1 Relação da população total com beneficiários do seguro safra	14
4.2 Correlação entre Beneficiários e Valor Recebido do Seguro Safra	15
4.3 Correlação entre Transferências Recebidas e Outras Variáveis	16
4.4 Correlação Fraca com o Número de Beneficiários do Seguro Safra	16
4.5 Relação Fraca com a População Total	16
4.6 Bolsa Família	16
4.7 Critérios de Elegibilidade e Objetivo	17
4.8 Relação com a População e Distribuição de Recursos	17
4.9 Impacto na Economia Local	18
5 CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS	20

O IMPACTO DO GARANTIA SAFRA NAS FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTUDO DAS CIDADES PARAIBANAS COM FPM DE ÍNDICE 1.2

THE IMPACT OF THE GARANTIA SAFRA PROGRAM ON MUNICIPAL FINANCES A STUDY OF PARAÍBA CITIES WITH NA FPM OF 1,2

Maria Clara Trajano Costa¹

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar o impacto do Garantia Safra nos municípios paraibanos que possuem índice de Fundo de Participação Municipal 1,2. O estudo procurou evidenciar se os municípios estão recebendo esses incentivos uma vez que possuem um efeito multiplicador na economia, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o impacto que detém o Seguro Safra nas finanças municipais, com o objetivo especificamente de identificar os municípios contemplados com o benefício no pós período de seca e estiagens, a pesquisa se justifica pela importância que esses incentivos governamentais possuem para as regiões mais vulneráveis, a metodologia adotada para esse estudo foi uma abordagem quantitativa, onde dos 223 municípios, apenas 26 possuem FPM 1,2 e apenas 13 publicaram os seus demonstrativos no portal da transparência. Os resultados apontam que o Seguro Safra é uma fonte de recurso altamente criteriosa uma vez que analisado o número de pessoas beneficiadas nos municípios pode se observar que crescem de acordo com as necessidades e não com a população. Portanto se conclui que o programa do Safra é de grande importância para os agricultores, uma vez que muitos possuem apenas a atividade agrícola como fonte principal de renda.

Palavras-Chaves: garantia safra; fpm; incentivos.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the impact of the Garantia Safra program in municipalities of Paraíba with a Municipal Revenue Sharing Fund (FPM) index of 1.2. The study sought to determine whether these municipalities are receiving these incentives, considering their multiplier effect on the economy. The general objective of this research is to assess the impact of the Garantia Safra program on municipal finances, with the specific objective of identifying the municipalities that received the benefit in the post-drought and dry period. This research is justified by the importance of these governmental incentives for the most vulnerable regions. The methodology adopted for this study was a quantitative approach. Of the 223 municipalities in the state, only 26 have an FPM index of 1.2, and only 13 published their financial statements on the transparency portal. The results indicate that the Garantia Safra program is a highly selective resource. By analyzing the number of beneficiaries in the municipalities, it can be observed that the

¹ Graduanda em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I. E-mail: maria.clara.costa@aluno.uepb.edu.br

number of beneficiaries grows in response to needs rather than population size. Therefore, it is concluded that the Garantia Safra program is of great importance for farmers, as many rely solely on agricultural activities as their primary source of income.

Keywords: garantia safra; fpm; incentives.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro tem se destacado como um dos setores mais dinâmicos da economia nacional, contribuindo de forma expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB). Em 2023, o setor representou cerca de 23,8% do PIB, um resultado robusto, embora ligeiramente inferior aos 25,2% registrados no ano anterior. Esse declínio pode ser atribuído à queda nos preços de diversos produtos agropecuários, conforme indicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Entretanto, o impacto negativo foi parcialmente compensado pela excelente safra agrícola e pelo crescimento nas atividades pecuárias, laticínios e abates, o que estimulou a demanda por insumos e serviços no campo. Mesmo diante dessas flutuações, o agronegócio continua desempenhando um papel fundamental na economia brasileira.

Produtos como café, soja, carne suína e aves, exportados para diversos países, têm colocado o Brasil em uma posição de destaque no mercado internacional. Contudo, a agricultura e a pecuária são altamente dependentes de condições climáticas favoráveis. Lima (2002) argumenta que fatores como temperatura, pluviosidade e umidade do solo têm impacto direto na produtividade e qualidade dos produtos agrícolas. As mudanças climáticas, segundo estudos como os de Marengo et al. (2009) e Nogueira, Santos e Cunha (2020), tornam o setor agrícola ainda mais vulnerável, exigindo medidas de adaptação por parte dos produtores.

Os agricultores familiares, que representam uma parte significativa da produção agrícola no Brasil, são particularmente vulneráveis às variações climáticas devido ao menor acesso a recursos financeiros. Isso os coloca em uma posição de desvantagem para enfrentar períodos de seca prolongada, uma realidade especialmente presente na região Nordeste do Brasil. Segundo Lindoso, Eiró e Rocha (2013) e Milanés (2021), a dependência desses agricultores dos fatores climáticos dificulta sua capacidade de adaptação e recuperação em tempos de crise.

Diante desse cenário, programas de apoio governamental como o Garantia Safra se tornam essenciais para a sobrevivência desses produtores. O Garantia Safra, uma iniciativa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em parceria com os governos estaduais e municipais, visa fornecer suporte financeiro a agricultores que enfrentam perdas devido à seca. No estado da Paraíba, a Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (Seafds) atua junto com as prefeituras municipais para garantir que os agricultores recebam esse auxílio em tempos de estiagem.

O Garantia Safra desempenha um papel crucial nas finanças municipais, especialmente em cidades paraibanas com índice de 1.2 no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essas cidades, geralmente caracterizadas por uma maior dependência de transferências federais e por uma economia voltada à agricultura familiar, são fortemente impactadas por eventos climáticos adversos, como longos períodos de seca. O programa atua como uma rede de segurança para os agricultores

familiares, oferecendo suporte financeiro em momentos de crise, o que não apenas garante a subsistência desses trabalhadores, mas também contribui para a manutenção do comércio local, aquecendo a economia das regiões afetadas. Ao injetar recursos nas finanças municipais, o Garantia Safra ajuda a mitigar os efeitos econômicos negativos causados pela perda de safra, além de estabilizar a arrecadação municipal, uma vez que evita a desaceleração acentuada da economia local.

Dessa forma, ao analisar o impacto do Garantia Safra nas cidades paraibanas com FPM de índice 1.2, este estudo pretende evidenciar como a assistência financeira proporcionada pelo programa tem um efeito multiplicador na economia local, reduzindo os efeitos das crises climáticas e proporcionando um suporte essencial para a sustentabilidade das finanças municipais e a continuidade da atividade econômica.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do Garantia Safra nas finanças municipais de cidades paraibanas com índice de 1.2 no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Especificamente, busca-se identificar quais municípios foram beneficiados pelo programa e como os recursos têm sido aplicados no contexto de recuperação econômica após períodos de seca.

Este estudo justifica-se pela necessidade de destacar a importância de incentivos governamentais em regiões vulneráveis, onde os agricultores, muitas vezes, não possuem outra fonte de renda. O Garantia Safra se mostra crucial para a sustentação dessas economias locais, especialmente em tempos de adversidade climática. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para a conscientização sobre o impacto desse programa nas finanças municipais e para a melhoria das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi organizado para estabelecer uma conexão clara entre os principais conceitos que fundamentam o estudo, facilitando a compreensão da interação entre os programas de seguridade rural e as finanças municipais. Primeiramente, aborda-se os Programas de Seguridade e Assistência Rural, que garantem suporte aos agricultores em situações de perda de safra, destacando o Garantia Safra, um benefício essencial para aqueles que enfrentam adversidades climáticas.

A seguir, são discutidas as Finanças Municipais, essenciais para entender a organização e a gestão dos recursos dos municípios, especialmente em relação ao financiamento de políticas públicas. Dentro desse contexto, a análise das Receitas Municipais mostra como os recursos arrecadados localmente contribuem para o custeio de programas como o Garantia Safra. Além disso, o estudo explora o Fundo de Participação Municipal (FPM), uma fonte crucial de repasse da União, que apoia financeiramente as atividades dos municípios.

Por fim, o tema da Agricultura Familiar é abordado, destacando sua relevância no contexto rural. A inter-relação entre a assistência rural, a gestão financeira municipal e os repasses do FPM é essencial para avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a sustentabilidade da agricultura familiar. Essa estrutura possibilita uma visão integrada dos fatores que influenciam a capacidade dos municípios de apoiar seus agricultores e promover o desenvolvimento econômico local.

2.1 Programas de Seguridade e Assistência Rural (Seguros Rurais)

No Brasil o programa de seguros agrários foi instituído em janeiro de 1954, pela Lei nº 2.168 que tem por objetivo à preservação das colheitas e dos rebanhos contra eventuais riscos que os campos e criações rurais estão sujeitos a sofrer. O clima é o principal fator de risco para a produção rural, ao contratar uma apólice de seguro rural o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura (MAP). Ou seja, o produtor terá a oportunidade de minimizar suas perdas e também de reaver parte do capital que foi investido sem que haja perda total.

Os seguros rurais representam um importante mecanismo de proteção para que os produtores possam investir com alguma segurança de que se ocorrerem adversidades climáticas poderão dar continuidade às suas atividades (CARTILHA SEGURO RURAL), Segundo a Resolução CNSP nº 404/2021, o seguro rural abrange as seguintes modalidades; seguro agrícola, seguro pecuário, seguro aquícola, seguro de florestas, seguro de penhor rural, seguro de benfeitorias e produtos agropecuários e seguro de vida do produtor rural, devedor de crédito rural.

2.1.1 Garantia Safra

Inicialmente o programa foi chamado de Seguro Safra, somente depois passou a chamar-se Programa Garantia Safra (PGS) que foi instituído pela Lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002 e alterado pela Lei nº 10.700 de 9 de julho de 2003, e é um mecanismo de inclusão social, cujo objetivo é garantir uma renda mínima aos pequenos agricultores de base familiar, decorrente da perda da produção ocasionada pelas intempéries climáticas, estabelecidos na região semiárida brasileira (SILVA; SOUZA, 2008). Ou seja, os produtores que perderam a sua safra devem ter a garantia de seu benefício concedido.

O programa se propõe a beneficiar diretamente os agricultores familiares que estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que possuem alguns requisitos para ter o direito de recebimento como, comprovação que os agricultores familiares se encontram em municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico; dimensionamento do número de agricultores potencialmente beneficiados; existência de disponibilidade orçamentária; adesão dos Estados, Municípios e agricultores familiares; e estabelecimento de metodologia de apuração específica para perda de produção (MAPA, 2019).

Segundo Barbosa (2019), qualquer agricultor familiar pode se inscrever no programa, desde que seu município tenha aderido ao mesmo, em que seguirão os seguintes critérios de classificação, em ordem decrescente de prioridade: menor renda, mulher como chefe da família, existência de portadores de necessidades especiais como membros da família e não deter a propriedade da terra em que produz. O programa é livre para que todos os agricultores se inscrevam e tenham o direito a receber a Garantia Safra desde que adentre aos critérios estabelecidos.

Cabe ressaltar que o Garantia Safra é financiado por contribuições dos agricultores, dos estados e dos municípios e do Governo Federal, demonstrando um esforço conjunto para apoiar aqueles que necessitam do benefício. Na concepção de Silva e Souza (2008), a atuação conjunta e coordenada dos Municípios, Estados e União é fundamental para a contingência dos efeitos negativos das irregularidades climáticas no semiárido nordestino. Essa atuação conjunta desempenha um papel crucial na proteção dos agricultores contra as incertezas climáticas, que os garantem uma segurança alimentar e uma renda mínima para se sustentar, manter suas famílias e suas

atividades agrícolas e também garante que eles permaneçam no campo e não veja a necessidade de migração dos mesmos para os centros urbanos.

2.2 Finanças Municipais

As finanças municipais são fundamentais para o funcionamento das cidades, principalmente para os de pequeno porte uma vez que com a arrecadação das receitas e com a gestão assegurada das despesas, garantem o bem-estar da população e conseqüentemente melhor desenvolvimento local, De acordo com Soares et al. (2006), o processo de redução da desigualdade no Brasil deve ser iniciado a partir de mecanismos de transferências de rendas aos municípios que, em muitos casos, chegam a responder por cerca de 90% da fonte de receita corrente nos municípios dos Estados do Nordeste. As finanças municipais desempenham um papel crucial no desenvolvimento local, impactando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que são os que mais necessitam de recursos advindos do governo uma boa gestão pode ser observada a partir de sua capacidade, sendo ela medida de um município quando é positiva e porque ele consegue gerir suas finanças e manter a qualidade nos serviços prestados diretamente a população como saúde, educação, infraestrutura e segurança, entre outros serviços, ou seja uma boa gestão sendo capacitada consegue gerir melhor os seus recursos e conseqüentemente fazer com que todos se beneficie.

2.2.1 Receitas Municipais

As receitas públicas podem se destacar como recursos que são arrecadados pela administração pública. Para instâncias de governos municipais, os impostos que lhes são atribuídos correspondem ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI). Estes constituem, assim, a denominada receita tributária referente aos municípios (Além e Giambiagi, 1999; Rezende, 2001). Pode-se observar que os impostos próprios são uma das principais fontes de arrecadação de receita dos municípios.

2.2.1.1 FPM (Fundo de Participação Municipal)

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma importante fonte de receita para os municípios brasileiros, especialmente para aqueles com menor capacidade arrecadatória, criado por meio da Emenda Constitucional nº 18/1965, era composto por 10% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A Constituição Federal de 1988 reformulou a regulamentação do FPM pelo CTN, quando passou a ser 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Somente em 2007 com a Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, que acrescentou adicionando 1% ao percentual do FPM que assim sendo passou a ter alíquota de 23,5% de arrecadação, Emenda Constitucional nº 84 de 2 de dezembro de 2014, aumentou em 0,5% pontos percentuais a transferência de recursos do FPM para o ano de 2015, resultando em 24% no total. Mais recentemente no ano de 2021 a Emenda Constitucional nº 112, de 27 de outubro de 2021, adiciona mais 1% ao percentual do FPM, que passa agora à alíquota total de 25,5%. No entanto essa alíquota será apenas em 2025, pois a Ementa, em seu art. 2º, determina que a União só irar passar 0,25% para os anos de 2022 e 2023, 0,5% para o ano de 2024.

O cálculo do FPM é feito a partir de um coeficiente individual de cada município que pode ir de 0,6 a 4,0 a depender da quantidade de habitantes que possuem os municípios, segue abaixo o quadro do FPM interior do coeficiente por faixa de habitantes, disposto no Decreto Lei nº 1.881/1981.

Faixa de habitantes	Coeficientes	Faixa de habitantes	Coeficientes
Até 10.188	0,6	De 61.129 a 71.316	2,4
De 10.189 a 13.584	0,8	De 71.317 a 81.504	2,6
De 13.585 a 16.980	1,0	De 81.505 a 91.692	2,8
De 16.981 a 23.772	1,2	De 91.693 a 101.880	3,0
De 23.773 a 30.564	1,4	De 101.881 a 115.464	3,2
De 30.565 a 37.356	1,6	De 115.465 a 129.048	3,4
De 37.357 a 44.148	1,8	De 129.049 a 142.632	3,6
De 44.149 a 50.940	2,0	De 142.633 a 156.216	3,8
De 50.941 a 61.128	2,2	Acima de 156.216	4,0

Fonte: Decreto Lei nº 1.881/1981.

A transferência dos recursos do FPM ocorre mensalmente, com repasses feitos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, facilitando assim para que os municípios tenham um planejamento financeiro mais e. Em suma, o Fundo de Participação dos Municípios é um mecanismo indispensável para desenvolvimento local no Brasil, fornecendo recursos essenciais para os municípios menos favorecidos e contribuindo para a redução das desigualdades regionais. No entanto, há necessidade de constantes avaliações e ajustes para assegurar que ele cumpra seu papel de maneira eficiente.

2.3 Agricultura Familiar

A atividade agrícola família vem se desenvolvendo fortemente e criando seu espaço no decorrer dos anos. Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (LAMARCHE, 1997). Ou seja, a grande maioria dos produtores estão gerindo sua produção juntamente com sua família a fim de que a produção seja sua principal fonte de renda para seu sustento e de sua família, sem que haja a necessidade de deslocamento para trabalhar em outra área.

Um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares é o acesso limitado a recursos, como crédito, assistência técnica e mercados. Esses obstáculos trazem dificuldades para a modernização das práticas agrícolas e a expansão da produção, para isso se criou o PRONAF, com o objetivo de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (VARGAS, 2012; SCHNEIDER et al., 2004; SILVA, 1999) ou seja os agricultores necessitam desses apoios para sua sobrevivência uma vez que muitos deles não possuem o mínimo possível de renda para se manter.

Em suma, a agricultura familiar é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento rural o fortalecimento através deste setor por meio de políticas públicas e programas de apoio é essencial para garantir a segurança alimentar, a inclusão social e a preservação dos recursos naturais que por muitas vezes não tem possuem reconhecimento da importância que detêm. A continuidade e a expansão desses esforços são essenciais para enfrentar os desafios e promover as oportunidades presentes no cenário agrícola brasileiro.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo adotou uma abordagem quantitativas para analisar o impacto do programa Garantia Safra nas finanças dos municípios paraibanos com índice de 1.2 no Fundo de Participação Municipal (FPM). A pesquisa qualitativa foi inicialmente proposta para entender, em profundidade, a utilização dos recursos do Garantia Safra, enquanto a abordagem quantitativa foi incluída para identificar padrões e correlações entre as variáveis analisadas. A análise quantitativa, por meio da matriz de correlação, ajudou a entender as relações entre variáveis econômicas e financeiras dos municípios, como população, beneficiários de programas sociais e transferências recebidas.

3.2 Seleção dos municípios

O universo da pesquisa incluiu os 223 municípios do estado da Paraíba. Para delimitar o escopo da análise, foi utilizado como critério de seleção o índice de 1.2 no FPM o índice foi escolhido de forma aleatória no que resultou em uma amostra de 26 municípios. Esse critério foi escolhido porque representa cidades com características econômicas e populacionais semelhantes, como estrutura econômica baseada na agricultura e grau de dependência de transferências federais, fatores que influenciam diretamente o impacto do Garantia Safra nas finanças locais.

No entanto, ao realizar a coleta de dados, verificou-se que apenas 13 municípios disponibilizaram de forma completa e acessível seus demonstrativos financeiros no Portal da Transparência. Esses municípios foram:

- Araruna
- Aroeiras
- Belém
- Boqueirão

- Cacimba de Dentro
- Cuité
- Ingá
- Juazeirinho
- Picuí
- Pocinhos
- Princesa Isabel
- Remigio

3.3 Coleta de Dados

3.3.1. Coleta de Dados Quantitativos

A coleta dos dados quantitativos é de grande importância para enriquecer a análise e possibilitar a realização da matriz de correlação. As variáveis quantitativas incluíram:

- População total dos municípios;
- Beneficiários do Seguro Safra e Bolsa Família;
- Valores recebidos do Seguro Safra e Bolsa Família;
- Transferências governamentais recebidas, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Esses dados foram obtidos por meio de fontes públicas, como o Painel de Transferências do governo federal e o Portal da Transparência, que fornecem informações detalhadas sobre repasses e alocação de recursos.

3.4 Análise dos Dados

3.4.1 Análise Quantitativa – Matriz de Correlação

A análise quantitativa foi realizada por meio da matriz de correlação, uma técnica estatística que mede a força e a direção da relação entre duas ou mais variáveis. A matriz foi utilizada para identificar possíveis relações entre:

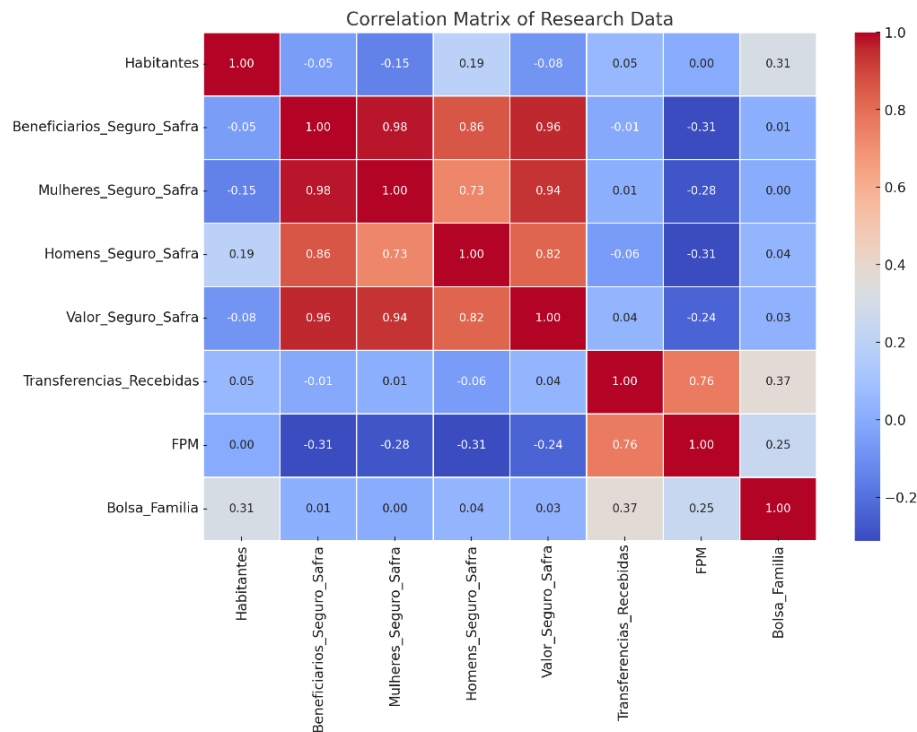
- O número de beneficiários dos programas Seguro Safra e Bolsa Família;
- O valor total recebido pelos municípios por meio dos dois programas;
- A população total dos municípios e as transferências governamentais.

Os coeficientes de correlação variam de -1 a 1, onde valores positivos próximos de 1 indicam uma correlação forte e direta entre as variáveis, e valores negativos indicam uma correlação inversa. Valores próximos de 0 indicam uma ausência de correlação significativa. Essa análise foi fundamental para entender como as variáveis relacionadas aos programas sociais influenciam as finanças municipais.

4 RESULTADOS

A matriz de correlação é uma ferramenta estatística que permite analisar a relação entre diferentes variáveis presentes no estudo. Os coeficientes de correlação variam entre -1 e 1, onde valores próximos a 1 indicam uma correlação positiva forte (quando uma variável aumenta, a outra também aumenta), e valores próximos a -1 indicam uma correlação negativa forte (quando uma variável aumenta, a outra diminui). Valores próximos a zero indicam pouca ou nenhuma correlação entre as variáveis.

A análise da matriz de correlação revela que, enquanto o número de beneficiários do Seguro Safra está fortemente relacionado ao valor recebido pelo programa, não há uma relação forte entre o número de habitantes e a quantidade de beneficiários. Isso sugere que o Seguro Safra é direcionado de acordo com a necessidade agrícola, não sendo influenciado diretamente pelo tamanho da população dos municípios. Além disso, outras transferências recebidas, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Bolsa Família, parecem ser distribuídas com base em critérios diferentes, possivelmente relacionados a políticas mais amplas de distribuição de renda.



Com base nos dados analisados, destacam-se os seguintes pontos principais da matriz de correlação:

- **Correlação entre Beneficiários do Seguro Safra e Mulheres e Homens Beneficiários:**

Observa-se uma correlação muito forte entre o número total de beneficiários do Seguro Safra e o número de mulheres beneficiárias (0,98), bem como com o número de homens beneficiários (0,86). Isso indica que, conforme o número de beneficiários do programa aumenta, ambos os grupos (homens e mulheres) crescem proporcionalmente, sugerindo uma distribuição equilibrada de gênero no programa.

- **Correlação entre Beneficiários e Valor Recebido do Seguro Safra:**

Há uma correlação positiva alta (0,96) entre o número de beneficiários e o valor recebido pelo programa Seguro Safra. Essa relação é esperada, pois quanto mais pessoas participam do programa em um determinado município, maior é o valor repassado para cobrir as indenizações de cada um.

- **Relação entre População (Habitantes) e Beneficiários do Seguro Safra:**

A correlação entre o número de habitantes e os beneficiários do Seguro Safra é fraca e negativa (-0,05). Isso sugere que o tamanho da população de um município não é um fator determinante para a quantidade de beneficiários do programa. Essa correlação fraca pode ser explicada pelo fato de que o Seguro Safra está mais relacionado com a necessidade agrícola do município do que com sua densidade populacional.

- **Correlação entre Transferências Recebidas e Outras Variáveis:**

As transferências recebidas, que englobam diversos recursos federais e estaduais, mostram uma correlação muito baixa com as demais variáveis analisadas. Isso sugere que os critérios para alocação de transferências podem ser diferentes daqueles usados para o Seguro Safra, que tem uma relação direta com o número de beneficiários e o valor recebido pelo programa.

- **Bolsa Família:**

O programa Bolsa Família também não apresenta uma correlação forte com outras variáveis do estudo. A correlação mais relevante é com o número de habitantes (0,31), o que faz sentido, já que o Bolsa Família é um programa de assistência social que tende a ser mais distribuído com base no número de famílias em vulnerabilidade, em vez de estar relacionado diretamente a variáveis ligadas à agricultura ou à economia do município.

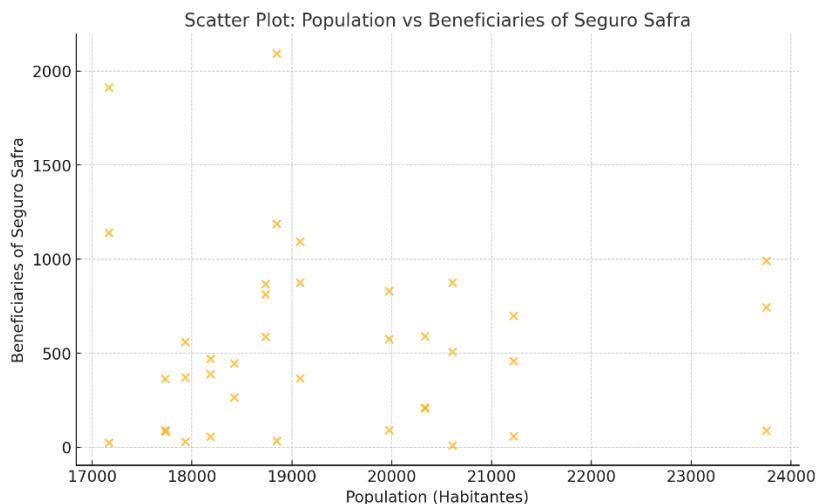
4.1 Relação da população total com beneficiários do seguro safra

A relação entre a população total (habitantes) de um município e o número de beneficiários do programa Seguro Safra pode revelar informações importantes sobre a distribuição do programa em relação ao tamanho da população de cada localidade.

Observações a partir da análise de correlação:

1. Correlação negativa fraca (-0.05): A correlação entre o número de habitantes e os beneficiários do Seguro Safra foi calculada como -0.05. Esse valor sugere que não há uma relação linear forte entre o tamanho da população e o número de beneficiários. Em outras palavras, o tamanho da população não parece ser um fator determinante no número de pessoas que se beneficiam do Seguro Safra.
2. Distribuição de beneficiários independentemente do tamanho da população: Isso pode significar que o programa Seguro Safra é distribuído de maneira relativamente uniforme, ou baseado em outros critérios, como a necessidade agrícola, e não exclusivamente no tamanho da população. Um município com uma população pequena pode ter um grande número de beneficiários do Seguro Safra se uma parte significativa de sua economia for dependente da agricultura.

Análise Visual (Gráfico de Dispersão):



O gráfico de dispersão gerado anteriormente mostrou como o número de beneficiários varia em relação ao valor recebido do Seguro Safra, o que também reflete a falta de uma relação clara com o tamanho da população, reforçando a ideia de que os benefícios do programa estão mais relacionados à quantidade de pessoas envolvidas na agricultura em vez da população total.

A baixa correlação sugere que, para municípios com populações maiores, nem sempre há um aumento proporcional no número de beneficiários do Seguro Safra. Isso pode ser útil para políticas públicas, ao indicar que o foco na distribuição do programa pode estar mais relacionado à condição agrícola dos municípios e menos à densidade populacional.

4.2 Correlação entre Beneficiários e Valor Recebido do Seguro Safra

A análise da correlação entre o número de beneficiários do programa Seguro Safra e o valor recebido pelos municípios revelou uma forte correlação positiva (0,96). Isso indica que, conforme aumenta o número de beneficiários em um município, o valor recebido pelo programa também cresce proporcionalmente. Tal resultado era esperado, já que o Seguro Safra é um programa de apoio financeiro destinado a produtores rurais afetados por adversidades climáticas, e o valor repassado é calculado com base na quantidade de pessoas atendidas.

Além disso, a alta correlação mostra que o programa tem uma relação direta com a quantidade de beneficiários cadastrados, refletindo uma alocação eficiente de recursos conforme o número de agricultores segurados em cada município. Esse padrão reforça que o Seguro Safra desempenha um papel crucial no apoio às comunidades rurais, principalmente naquelas onde uma grande parte da população depende da agricultura.

Esse resultado também aponta para uma possível relação de dependência entre o tamanho da economia agrícola e o impacto do programa nas finanças locais, pois municípios com maior número de beneficiários tendem a receber repasses mais substanciais, gerando uma distribuição proporcional do benefício.

4.3 Correlação entre Transferências Recebidas e Outras Variáveis

A análise de correlação entre as transferências recebidas pelos municípios e outras variáveis, como população, beneficiários do Seguro Safra, e programas sociais, revela uma relação relativamente fraca. Isso sugere que as transferências governamentais totais destinadas aos municípios podem não estar fortemente associadas a variáveis específicas como o número de beneficiários de programas sociais ou o tamanho da população.

4.4 Correlação Fraca com o Número de Beneficiários do Seguro Safra

A correlação entre as transferências recebidas e o número de beneficiários do Seguro Safra foi negativa e muito baixa (-0,009), indicando que os recursos transferidos para os municípios, além do valor recebido pelo programa Seguro Safra, não têm uma relação direta com o número de agricultores beneficiados. Isso pode ser explicado pelo fato de que o Seguro Safra é um programa com regras específicas de distribuição, não estando necessariamente vinculado a outros tipos de transferências, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

4.5 Relação Fraca com a População Total

A correlação entre as transferências recebidas e a população total dos municípios também foi muito baixa (0,05). Isso indica que o montante das transferências recebidas não varia diretamente com o número de habitantes, o que sugere que os critérios para a alocação desses recursos não são baseados apenas no tamanho populacional, mas podem incluir outros fatores, como indicadores socioeconômicos ou de desenvolvimento regional.

Impacto nas Políticas Públicas

A ausência de uma correlação forte entre as transferências recebidas e variáveis como o número de beneficiários de programas sociais e a população total mostra que as políticas públicas de alocação de recursos para os municípios seguem critérios diferentes dos utilizados para a distribuição de benefícios de programas como o Seguro Safra e o Bolsa Família. Isso pode indicar que as transferências totais são mais influenciadas por políticas governamentais macroeconômicas, níveis de arrecadação, ou necessidades específicas de infraestrutura e desenvolvimento local.

As transferências recebidas pelos municípios, como o FPM e outros recursos federais, não mostram correlação significativa com o número de beneficiários do Seguro Safra ou o tamanho da população. Essa constatação sugere que, embora esses recursos sejam vitais para o funcionamento das finanças locais, sua distribuição não está diretamente atrelada ao tamanho populacional ou à participação em programas de seguridade social, mas provavelmente reflete outros critérios de distribuição, como a necessidade de equilíbrio fiscal entre regiões com características econômicas e sociais distintas.

4.6 Bolsa Família

Ao comparar os programas Seguro Safra e Bolsa Família, observamos diferenças significativas em relação aos critérios de elegibilidade, à população atendida e à relação com as variáveis econômicas e sociais dos municípios analisados.

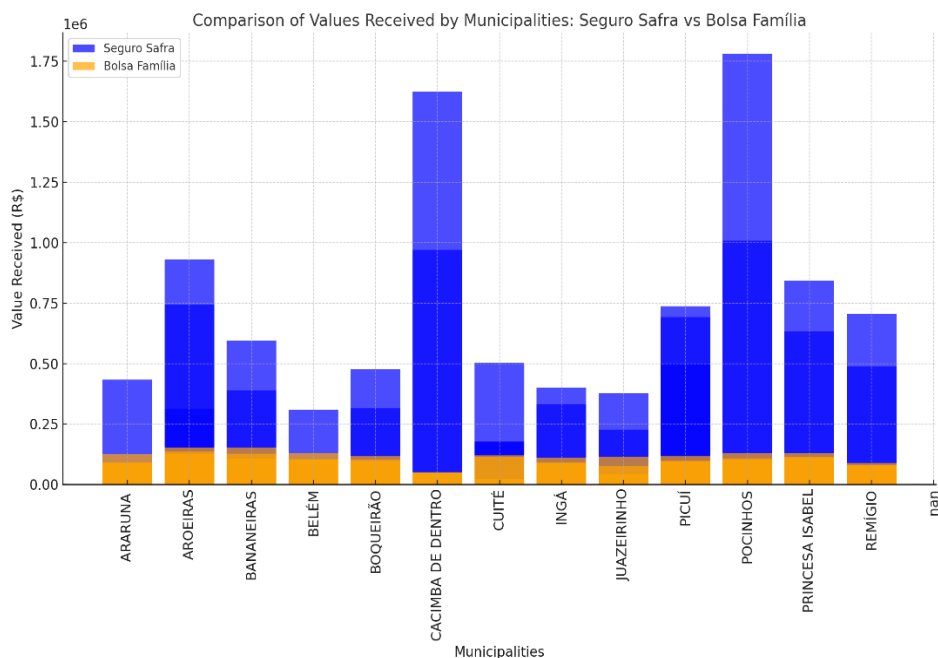
4.7 Critérios de Elegibilidade e Objetivo

O Seguro Safra é um programa voltado especificamente para agricultores familiares que sofrem perdas na produção agrícola devido a secas ou excesso de chuvas. Seu foco é estritamente no setor agrícola e é destinado a municípios que têm grande parte da sua economia baseada na agricultura de subsistência. Assim, o número de beneficiários do Seguro Safra em cada município está diretamente relacionado à necessidade e à proporção de famílias que dependem da agricultura como principal fonte de renda.

Por outro lado, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda voltado para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, independentemente do setor produtivo em que estejam inseridas. Seu objetivo é garantir uma renda mínima para famílias pobres e extremamente pobres, com foco em melhorar a educação, saúde e qualidade de vida dos beneficiários. Dessa forma, o Bolsa Família tende a ser mais amplamente distribuído, já que atinge famílias de diferentes setores e contextos econômicos.

4.8 Relação com a População e Distribuição de Recursos

Ao analisar os dados, observamos uma forte correlação positiva entre o número de beneficiários do Seguro Safra e o valor recebido pelo programa (0,96). Isso demonstra que o Seguro Safra é alocado proporcionalmente à quantidade de beneficiários, sendo, portanto, um reflexo direto da necessidade agrícola de cada município. Municípios com maior número de beneficiários agrícolas tendem a receber repasses maiores do programa, o que evidencia sua natureza setorial e voltada à agricultura.



Em contraste, o Bolsa Família não apresenta uma correlação tão forte com outras variáveis econômicas. A correlação mais relevante encontrada foi com a população total (0,31), o que reflete o fato de que o Bolsa Família é mais influenciado pela densidade populacional e pelas condições de pobreza das famílias, em vez de depender de setores específicos como o agrícola. Isso significa que o Bolsa Família, diferentemente do Seguro Safra, é mais amplamente distribuído e não está relacionado diretamente ao número de agricultores, mas sim à quantidade de famílias em vulnerabilidade social.

4.9 Impacto na Economia Local

Os dois programas têm impactos importantes, porém distintos, nas economias locais. O Seguro Safra afeta diretamente a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais e da agricultura familiar, auxiliando-os em períodos de crise climática, enquanto o Bolsa Família atua de maneira mais generalizada, fornecendo suporte econômico básico para famílias de baixa renda, independentemente de sua atividade econômica. Enquanto o Seguro Safra está fortemente ligado à produção agrícola, o Bolsa Família atua como uma ferramenta de redução da pobreza e desigualdade social, promovendo a inclusão econômica de uma parcela mais ampla da população.

A comparação entre o Seguro Safra e o Bolsa Família mostra que, embora ambos sejam programas sociais importantes, eles têm focos e impactos distintos. O Seguro Safra é essencial para a proteção das famílias agrícolas diante de adversidades climáticas, e sua distribuição está intimamente ligada ao número de beneficiários dentro do setor agrícola. Já o Bolsa Família tem um alcance mais amplo, focado na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida de um grupo mais diverso de beneficiários, com distribuição mais uniforme entre municípios de diferentes tamanhos e perfis econômicos.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar as relações entre os programas sociais Seguro Safra e Bolsa Família, assim como as transferências governamentais recebidas pelos municípios. A partir da análise de correlação entre variáveis como número de beneficiários, população total e valores recebidos, foi possível obter insights importantes sobre a distribuição desses recursos e seus impactos nas economias locais.

O Seguro Safra demonstrou ser um programa essencial para o apoio financeiro aos pequenos agricultores familiares, principalmente em regiões com forte dependência da agricultura de subsistência. A correlação positiva e forte entre o número de beneficiários e o valor recebido pelo programa (0,96) confirmou que sua distribuição é eficiente e proporcional às necessidades agrícolas de cada município. Este resultado destaca a importância do Seguro Safra como um mecanismo de mitigação de riscos, protegendo as comunidades rurais contra adversidades climáticas e auxiliando na estabilidade da economia agrícola local.

Além disso, o fato de não haver uma correlação significativa entre o número de habitantes e o número de beneficiários do Seguro Safra (-0,05) sugere que o programa é bem direcionado para atender municípios agrícolas, independentemente de seu Tamanho populacional. Essa constatação reforça que o Seguro Safra é uma política Pública fundamental para a segurança alimentar e a sustentabilidade das áreas rurais no Brasil, priorizando critérios de necessidade agrícola em vez de critérios demográficos.

Por outro lado, o Bolsa Família demonstrou seu caráter inclusivo e amplo, com uma distribuição mais uniforme entre os municípios, sem uma forte correlação com as características econômicas locais. O programa tem como foco a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida de famílias em situação de vulnerabilidade, refletindo-se na correlação moderada com o número de habitantes (0,31). Esse comportamento evidencia que o Bolsa Família é uma ferramenta eficaz de inclusão social, promovendo a redução das desigualdades sociais e econômicas.

A comparação entre o Seguro Safra e o Bolsa Família mostrou que, embora ambos sejam programas sociais de grande impacto, eles têm papéis complementares nas políticas públicas brasileiras. Enquanto o Seguro Safra é um programa setorial, destinado a apoiar diretamente os pequenos agricultores, o Bolsa Família atua de forma mais abrangente, alcançando famílias de diferentes setores e contextos econômicos. Essa complementaridade reflete a diversidade de desafios socioeconômicos enfrentados pelos municípios brasileiros e a necessidade de políticas públicas específicas e focalizadas.

As transferências governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apresentaram uma correlação fraca com as variáveis analisadas, como o número de beneficiários do Seguro Safra e a população total dos municípios. Essa ausência de correlação significativa sugere que a alocação de transferências não segue diretamente critérios demográficos ou relacionados a programas sociais específicos, mas sim políticas macroeconômicas que visam o equilíbrio fiscal e o desenvolvimento regional.

Isso evidencia a complexidade das políticas de distribuição de recursos públicos no Brasil, que precisam atender a diversas demandas locais, desde infraestrutura até políticas de seguridade social. As transferências governamentais desempenham, portanto, um papel vital na manutenção das finanças municipais, mas seu impacto direto sobre as condições socioeconômicas pode variar dependendo de outros fatores estruturais locais.

Os resultados deste estudo ressaltam a importância de políticas públicas direcionadas, que levem em consideração as particularidades de cada município, principalmente no que diz respeito à sua dependência econômica, condições agrícolas e

vulnerabilidade social. Tanto o Seguro Safra quanto o Bolsa Família mostram a necessidade de programas sociais específicos que atendam diferentes segmentos da população, cada um com sua particularidade.

Este trabalho traz implicações importantes para a formulação de políticas públicas, destacando a necessidade de um planejamento mais refinado na alocação de recursos e na implementação de programas sociais. Os gestores públicos podem se beneficiar de análises como esta para direcionar melhor os recursos de acordo com as necessidades específicas de cada município, fortalecendo o impacto das políticas de seguridade social e promovendo um desenvolvimento econômico mais equilibrado.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem de forma mais aprofundada o impacto de outros fatores, como indicadores de pobreza, educação e infraestrutura, na alocação das transferências governamentais. Além disso, análises qualitativas que incluam a percepção dos beneficiários desses programas sociais poderiam fornecer insights adicionais sobre a eficácia dessas políticas e sobre as áreas que necessitam de melhorias.

REFERÊNCIAS

DECRETO-LEI Nº 1.881, DE 27 DE AGOSTO DE 1981. [S. /], 27 ago. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De1881.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 112, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. [S. /], 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc112.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1965. [S. /], 1 dez. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 20 DE SETEMBRO DE 2007. [S. /], 29 jul. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014. [S. /], 2 dez. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc84.htm>. Acesso em: 22 de maio 2024.

FÉLIX, Adriano da Silva; NASCIMENTO, José Wallace Barbosa do; MELO, Daniele Ferreira de; FURTADO, Dermeval Araujo; SANTOS, Adriana Maria dos. **ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PRODUÇÃO VEGETAL NO BRASIL.** [s. /], 20 fev. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/6181>>. Acesso em: 30 de abril 2024.

FILHO, Luís Abel da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes de; SILVA, William Gledson e; SILVA, Adriano Olivier de Freitas e. **Receitas Correntes em Municípios Cearenses: Autonomia ou Dependência?**. [s. l.], 1 jul. 2010. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/96>. Acesso em: 23 de maio 2024.

LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002. [S. l.], 11 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10420.htm. Acesso em: 06 de maio 2024.

LEI Nº 2.168, DE 11 DE JANEIRO DE 1954. [S. l.], 13 jan. 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2168-11-janeiro-1954>. Acesso em: 20 de maio 2024.

LIMA, Antônia Francisca Edvânia Gomes de Assis Silva2Bruna de Freitas Iwata; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 23 de maio 2024.

MINISTÉRIO da Agricultura e Pecuária: Sobre o Garantia-Safra. [S. l.], 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/garantia-safra/sobre-o-garantia-safra>. Acesso em: 08 de maio 2024.

OLIVEIRA, Cristiano José Martins de. **AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS: O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**. [s. l.], 1 maio 2021. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/05/AS-TRANSFER%C3%80NCIAS-INTERGOVERNAMENTAIS-O-FUNDO-DE-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%80PIOS-p%C3%A1g.-12-%C3%A0-27.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2024.

OLIVEIRA, Kaiza Correia Da Silva; PINHEIRO, Lessí Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRONAF NA BAHIA**. [s. l.], dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7599>. Acesso em: 28 de abril 2024. PIB do agronegócio cai 2,99% em 2023. [S. l.], 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-cai-2-99-em-2023>. Acesso em: 01 de maio 2024.

PAINEL DAS TRANSPARÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS – Site tesouro nacional transparente. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-das-transferencias-intergovernamentais#portal-searchbox> Acesso em 12 de outubro de 2024

PORTAL DA TRASPARENCIA – Site oficial controladoria da união. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/redetransparencia>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

SEGURO Rural. [S. l.], 12 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/susep/pt-br/planos-e-produtos/seguros/seguro-rural>>. Acesso em: 21 de maio 2024.

SILVA, Viviane Catinin da; SOUSA, Yara Eugênio Leandro de; SOUSA, Eliane Pinheiro de. **EFETIVIDADE DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA NOS MUNICÍPIOS CEARENSES**. UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343721-EFETIVIDADE-DO-PROGRAMA-GARANTIA-SAFRA-NOS-MUNICIPIOS-CEARENSES>. Acesso em: 13 de maio 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido minha fortaleza, por ter me conduzido nos momentos difíceis e ter me sustentado em todos esses momentos, te agradeço Deus por tudo.

A minha família em especial ao meu avô, minha mãe e ao meu padrasto que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando durante minha trajetória acadêmica, que foi essencial para chegar onde cheguei. Ao meu pai Renildo (In memoriam) que sempre esteve presente, não fisicamente mais espiritualmente sim de onde estiver sei que estas comigo.

Ao meu namorado Sidiney e sua família que sempre estiveram comigo durante essa trajetória, agradeço por serem ponte para chegar onde cheguei e por sempre estarem presentes em minha vida.

Aos meus amigos de trajetória acadêmica Bruna Jonair, Ellyton Brito, Martina Fernanda e Moisés Lamec, vocês foram essências para os meus dias, agradeço por ter sido vocês que estiveram comigo durante a caminhada, agradeço por cada conversa, cada trabalho em grupo e cada momento que vivenciamos juntos, vocês fazem parte de uma fase essencial da minha vida.

Aos meus amigos Carlos e Eduarda quero agradecer de coração por todo o apoio que vocês me deram, nos momentos que eu precisei, vocês fazem parte da minha conquista acadêmica.

A todos os meus familiares que estiveram comigo durante a minha trajetória acadêmica, todos vocês que trouxeram palavras de conforto nos momentos de aflição e que torceram por me meus sinceros agradecimentos e votos de amizades sou grata pela vida de cada um de vocês.

E por fim quero agradecer imensamente a Professora e mestra Amanda Paulino Soares que aceitou me orientar para este trabalho e por toda a amizade que criamos durante a trajetória acadêmica, meus sinceros votos de agradecimento e amizade sem sua ajuda e colaboração não teria conseguido realizar o trabalho.

Estendo os meus agradecimentos aos Prof. Me. Kamilla Alves Barreto e Rômulo Benício Lucena Filho que aceitaram se fazer presente como parte da banca e por suas contribuições ao trabalho a fim de enriquece-lo e melhorar a compreensão, meu muito obrigado.

Agradeço imensamente a vocês que leram o trabalho e que se fizeram presentes de forma direta ou indireta, acreditem não foi fácil chegar até aqui, mais com a graça de Deus venceremos sempre, recebam os meus votos de agradecimentos.